

SECRETARIA DE RORAIMA - CER

FOLHA NO. 10652245761

Jan. 09 1995 01:02PM F01

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data 11/09/96
cod. 0BD0213

**EXÉRCITO E POLÍCIA MILITAR DE RORAIMA INVADEM ÁREA
RAPOSA/SERRA DO SOL E CAUSAM TERROR EM DEFESA DE HIDRELÉTRICA
NÃO APROVADA PELO DNAEE**

No último dia 7, sábado, 50 homens da Polícia Militar de Roraima e 7 homens do Exército, invadiram o retiro Tamanduá, destruíram três casas, um curral e um chiqueiro, da comunidade macuxi da aldeia Caraparó II. Uma rádio-toma da Funai foi retirada do local e o painel solar danificado, sem que até agora tenham sido devolvidos. Três malucos foram gravemente espancados e sete levaram coronhadas e pontapés. No momento da invasão uma bomba foi estourada e tiros disparados.

O motivo da invasão é garantir o início das obras de construção da usina hidrelétrica do rio Cotíngo, localizado totalmente dentro da área indígena Raposa/Serra do Sol (Despacho da Funai no. 9, Diário Oficial, 18.05.93). Pela Constituição Federal, art. 231, s. 3º., a utilização de potencial hídrico localizado em terra indígena depende da autorização do Congresso Nacional e do consentimento da comunidade indígena a ser afetada.

O Governo de Roraima, através da CER- Companhia Elétrica de Roraima, solicitou em 1992 ao DNAEE- Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica a concessão para exploração do rio Cotíngo para geração de energia. Até o presente momento o DNAEE não deu a concessão. No entanto a CER obteve da Secretaria do Meio Ambiente do Estado, a concessão de Licença Prévia para o empreendimento. A Secretaria do Meio Ambiente expediu a licença sem levar em consideração as críticas feitas por pesquisadores do INPA, pela Comissão Pró-Índio de São Paulo e pelo CER ao EIA/RUMA apresentado, que é superficial, impreciso, incompleto e enganoso. É mais grave, desconsiderou o parecer do Departamento de Meio Ambiente da Eletrobrás, que desaconselhou a sua aprovação.

Em ofício dirigido ao Presidente da CER, após a expedição da Licença Prévia, o Presidente da Eletrobrás recomendou várias medidas a serem tomadas como o aprofundamento dos estudos antropológicos, discussão sobre os impactos do empreendimento com as comunidades afetadas e outros, acrescentado que " sem que todas essas providências sejam concretizadas torna-se impossível caracterizar a viabilidade sócio-ambiental da UHE Cotíngo. Por esta razão a ELETROBRÁS está comunicando ao DNAEE que o estudo de viabilidade desse aproveitamento, na sua forma atual, não tem condições para ser aprovado.

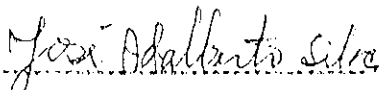
Apesar de todas as referidas ilegalidades o Governo do Estado de Roraima autoritariamente ordenou a destruição do retiro Tamandua, localizado no local onde pretende construir a hidrelétrica, usando a polícia Militar e o Exército, que com violência retiraram os moradores do local e outros que ali se encontravam.

É importante notar que o ex-governador de Roraima, Ottomar de Souza Pinto, que vez o seu sucessor, pretende presidir um consórcio de empresas privadas (Andrade Gutierrez e Paranapanema) e uma estatal, para construir a hidrelétrica do Cotíngo, o que torna a participação do Exército neste episódio ainda mais lamentável.

No momento ainda se encontram no local do retiro e casas destruídas policiais militares e membros do Exército. O Conselho Indígena de Roraima-CIR solicitou à Funai a retirada dos policiais da área, que peça ao Exército esclarecimentos sobre a sua participação nesta operação ilegal e ao Ministério Público Federal que tome todas as providências que o caso requer.

A violência militar contra os índios macuxi da Raposa/Serra do Sol está se tornando uma constante. Este episódio repudiável, torna-se ainda inédito ao ler-se o parecer do Presidente da Eletrobrás, acima referido, onde diz: "Por outro lado, a maneira como é conduzido o processo de relacionamento da CIR com outros segmentos da sociedade é de crucial importância para o Setor Elétrico. O licenciamento ambiental e a aprovação social de futuras hidrelétricas na Amazônia serão fortemente influenciados por este processo. A radicalização de posturas e a cristalização de uma falsa dicotomia "desenvolvimento x meio ambiente" poderão prejudicar significativamente futuras iniciativas do Setor."

Boa Vista, 09 de janeiro de 1995.



 José Adalberto Silva
 Conselho Indígena de Roraima